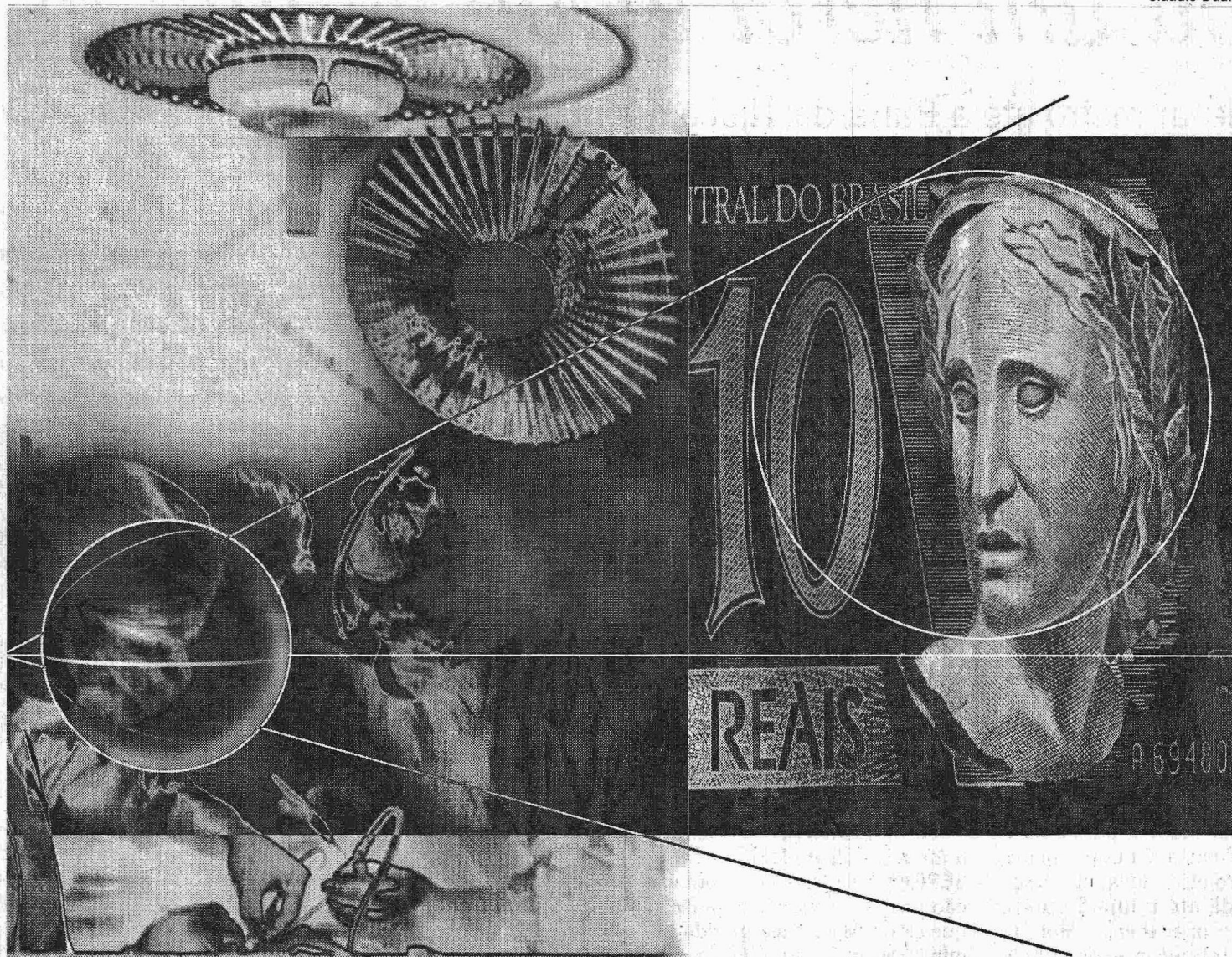


O capitalismo moderno e a saúde da população

CARLOS ALBERTO MORAIS DE SÁ

Cláudio Duarte



O capitalismo moderno caracteriza-se pelo notável avanço tecnológico, aprimoramento nos meios de transporte e comunicação, encurtamento nas distâncias, intensificação dos negócios, quebra de barreiras e de mecanismos de proteção, busca mundial de matéria-prima e trabalho com custo reduzido e elevada qualidade, independentemente de nações ou soberanias, estabelecendo-se uma tendência mundial à uniformização de comportamentos humanos e estilos de vida. Este fenômeno econômico, social e político de globalização se acelerou com o fim da guerra fria, acentuando-se a transnacionalidade, automação dos meios, amplo e fácil acesso às informações e alta qualidade nos produtos oferecidos com baixos preços. Paralelamente à melhoria da produção e da qualidade de vida, se observou aumento no desemprego, atenuação nas características locais, regionais ou nacionais com impacto sobre tradições e costumes.

A medicina brasileira, de tradição europeia, mantinha atendimento personalizado em consultórios, clínicas privadas, hospitais filantrópicos ou públicos cultivando bom relacionamento médico-paciente, ética de pagamento *in honor* — honorários — e preocupação permanente com o bem-estar do paciente, independentemente de seus custos.

A partir dos anos 60, o crescimento do Estado no setor público de atenção à saúde ocorreu por ampliação da rede própria, além de invasão no setor privado pela contratação de serviços por convênios, com uso de dinheiro público neste processo. Estados e municípios administravam sistemas próprios baseados no modelo federal. Havia, portanto, multiplicidade de sistemas e baixa eficiência final. Para racionalizar o sistema de saúde pública brasileiro, evitando-se superposições, carências e dificuldades de acesso, garantindo-se custos menores que permitissem manutenção de investimentos e bom desempenho, propôs-se um sistema unificado, hierarquizado, descentralizado e regionalizado de saúde, com acesso universal, chamado de Sistema Único de Saúde (SUS).

A crise da economia mundial ao se refletir na economia brasileira tornou o Estado incapaz de manter investimentos e oferecer recursos financeiros suficientes para o gerenciamento adequado do sistema. Conseqüentemente, desmoronou-se o Sistema Único de Saúde, antes mes-

mo de sua completa implantação, e os profissionais envolvidos ficaram fortemente desmotivados em função dos baixos salários, precárias condições de trabalho e ausência de estímulos ao aprimoramento técnico-profissional. Do orçamento da saúde do país apenas 30% foram destinados à rede pública estatal, o Ministério da Saúde não conseguiu controlar ou fiscalizar os recursos liberados e não ocorreram as modificações estruturais indispensáveis à garantia da eficiência do sistema. Surgiram então soluções adaptativas como terceirizações, formação de cooperativas, privatizações, impostos provisórios etc.

Como a medicina de massa passou a ser um bom negócio, a rede privada abandonou a individualidade e passou a captar recursos através de sistemas integrados de medicina de grupo, cooperativas, empresas prestadoras de serviços, seguros de saúde, credenciamentos etc.

Formou-se a moderna indústria da globalização da saúde, onde o lucro é fundamental, o doente e o médico são detalhes, havendo necessidade permanente de redução de custos e venda da imagem da medicina tecnológica de ponta. Os conflitos imediatamente emergiram entre a medicina moderna, molecular ou biofísica, de elevado custo, e os atributos humanísticos, pessoais e/ou profissionais indissociáveis de sua prática cotidiana. Por outro lado, os elevados custos para formação e manutenção de um profissional atualizado contrastam com a remuneração oferecida pelas empresas ou seguros de saúde aos profissionais comprometidos. A medicina pública tornou-se tecnologicamente atrasada, mas apesar da remuneração baixa de seus profissionais ainda consegue guardar um forte elo com os valores humanísticos perdidos no processo de modernização.

A qualidade da medicina praticada no

processo de globalização foi comprometida na massificação e no exagero de utilização de meios tecnológicos. Uma onda de erros ou equívocos médicos passou a assinalar a necessidade de revisão dos meios de formação, educação continuada e visão filosófica do sentido da vida humana com vista a se preparar indivíduos profissionalmente qualificados.

O capitalismo moderno dentro de sua característica passou a confrontar o Estado brasileiro fragilizado e incapaz de gerenciar e/ou financiar seu sistema de saúde pública com acesso universal. As adaptações introduzidas não trouxeram os resultados esperados e os cidadãos doentes foram abandonados, com as suas famílias desesperadas e aflitas na busca de alguma solução.

O sistema privado de medicina de massa, cujos preços são inacessíveis à maioria da população brasileira, para poder gerar lucro, remunera mal seus pro-

fissionais, bem como os procedimentos sofisticados de diagnóstico e terapêutica. A necessidade de redução de custos e busca de lucros contrasta fortemente com a essência da medicina individualizada tradicional, na qual o bem-estar do paciente é o alvo a ser alcançado, independentemente de seu preço.

Num país de Terceiro Mundo como o Brasil, com elevada parcela de sua população desassistida, abandonada ou desempregada, é essencial o fortalecimento do sistema estatal de saúde pública. O impacto da medicina tecnológica globalizada deve ser enfrentado com a implantação de uma rede de centros de excelência hierarquizados, gerenciamento competente dos recursos disponíveis, além de captação de meios e recursos da iniciativa privada para o setor público, estabelecendo-se sentido inverso ao observado nos últimos anos. Os sistemas integrados de medicina privada não devem extinguir o atendimento privado individual não-integrado, mantendo-se a medicina da relação médico-paciente, voltada para o interesse do indivíduo, como princípio irremovível e intocável.

Para um país carente de educação e recursos é indispensável a sobrevivência, a reorganização e o fortalecimento do sistema público estatal para se assegurar acesso fácil da população aos meios de prevenção e preservação da saúde. Para tanto é essencial a volta dos investimentos indispensáveis à sua modernização, com formação adequada de recursos humanos, garantindo-se controle social e da qualidade a entidades não-governamentais independentes e aos usuários do sistema.

É importante reafirmar que o Estado brasileiro somente ficará quite com a Nação no dia em que direitos fundamentais dos cidadãos, como a manutenção e a preservação da saúde, estiverem verdadeiramente garantidos a todos. Este momento está por chegar, mas depende basicamente de nós, como indivíduos e/ou coletividade. É indispensável cobrarmos firmemente de nossos dirigentes, responsáveis pelo destino político do país, a transformação do discurso de que saúde é prioridade nacional em fato concreto, traduzido em orçamento adequado e políticas públicas responsáveis e conseqüentes.

CARLOS ALBERTO MORAIS DE SÁ é professor titular de clínica médica da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e de cancerologia do Instituto de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas.